



GOVERNO DO ESTADO  
**RIO DE JANEIRO**

Subsecretaria Jurídica  
Núcleo de Assessoria Técnica em Ações de Saúde

**PARECER TÉCNICO/SES/SJ/NATJUS Nº 4301/2025.**

Rio de Janeiro, 29 de agosto de 2025.

Processo nº **0891911-81.2025.8.19.0001**,  
ajuizado por **M. J. G. B. D. O.**

Trata-se de demanda judicial cujo pleito se refere ao medicamento **dimesilato de lisdexanfetamina 30mg** (Venvanse®).

Em síntese, trata-se de Autor, 41 anos, em acompanhamento psiquiátrico contínuo desde novembro de 2022 devido a quadros de **transtorno do humor associado a transtorno doloroso crônico** e **transtorno de déficit de atenção** (CID-10: F90.0) segue acompanhamento paralelo com ortopedia/neurocirurgia por quadro de hérnia discal segmentada com radiculopatia, os quais, somados, comprometem drasticamente sua funcionalidade e bem-estar. nas últimas semanas, houve uma deterioração de seu estado psicopatológico e clínico, resultando em profunda instabilidade emocional, crises de ansiedade intensas, insônia refratária e uma exacerbação da dor crônica, acompanhada de limitações motoras progressivas. Consta prescrito o medicamento **dimesilato de lisdexanfetamina 50mg** (Venvanse®) um comprimido ao dia (Num. 205738636 - Pág. 1; Num. 205738634 - Pág. 1; Num. 205738615 - Pág. 1).

Informa-se que o medicamento pleiteado **dimesilato de lisdexanfetamina** (Venvanse®) **possui registro** na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e **está indicado em bula**<sup>1</sup> para o manejo do quadro clínico apresentado pelo Autor - **transtorno do déficit de atenção com hiperatividade**, conforme relato médico.

No que se refere a disponibilização no âmbito do SUS, insta mencionar que o medicamento pleiteado **dimesilato de lisdexanfetamina 30mg** (Venvanse®) **não integra** uma lista oficial de medicamentos (Componentes Básico, Estratégico e Especializado) para dispensação no SUS, no âmbito do Município e do Estado do Rio de Janeiro, **não cabendo** seu fornecimento a nenhuma das esferas de gestão do SUS.

O medicamento psicoestimulantes **lisdexanfetamina** foi avaliado pela Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias (CONITEC) para o tratamento de **pacientes adultos com TDAH**, a qual decidiu pela **não incorporação no SUS** considerando a baixa/muito baixa qualidade das evidências científicas relacionadas à eficácia e segurança dos medicamentos em questão e o elevado aporte de recursos financeiros apontado na análise de impacto orçamentário<sup>2</sup>.

<sup>1</sup>Bula do medicamento do Dimesilato de Lisdexanfetamina (Venvanse®) por Takeda Pharma Ltda. Disponível em: <<https://consultas.anvisa.gov.br/#/bulario/q/?nomeProduto=VENVANSE>>. Acesso em: 22 out. 2025.

<sup>2</sup> CONITEC. Relatório de Recomendação nº 610. Maio/2021. lisdexanfetamina para indivíduos adultos com TDAH. Disponível em: <[https://www.gov.br/conitec/pt-br/midias/relatorios/2021/20210602\\_relatorio\\_610\\_lisdexanfetamina\\_tdah\\_p\\_20-1.pdf](https://www.gov.br/conitec/pt-br/midias/relatorios/2021/20210602_relatorio_610_lisdexanfetamina_tdah_p_20-1.pdf)>. Acesso em: 22 out. 2025.



GOVERNO DO ESTADO  
**RIO DE JANEIRO**

Subsecretaria Jurídica

Núcleo de Assessoria Técnica em Ações de Saúde

Para o tratamento do TDAH no SUS, o Ministério da Saúde publicou o **Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas** da doença (Portaria Conjunta nº 14, de 29 de julho de 2022<sup>3</sup>), no qual **não foi preconizado** o uso de fármacos estimulantes sintéticos do sistema nervoso central, tais como **lisdexanfetamina** e metilfenidato.

O tratamento preconizado no referido PCDT é o **não medicamentoso**, tais como intervenção cognitiva e comportamental para melhora dos sintomas do transtorno, no controle executivo e no funcionamento ocupacional e social. Além disso, considerando que muitos adultos desenvolvem estratégias compensatórias para lidar melhor com o impacto do TDAH em suas vidas, o seu tratamento deve utilizar essas estratégias de enfrentamento e avaliar como elas funcionam em situações específicas, como rotinas diárias, cuidando de si mesmos, no trabalho e na vida familiar. A literatura atual enfatiza que as intervenções psicossociais (destaca-se terapia cognitivo-comportamental), comportamentais e de habilidades sociais são essenciais para crianças e adultos com TDAH.

Diante do exposto, não há substituto farmacológico no SUS para o quadro clínico do Autor (TDAH).

No que concerne ao valor do medicamento pleiteado, no Brasil para um medicamento ser comercializado no país é preciso obter o registro sanitário na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e a autorização de preço máximo pela Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED)<sup>4</sup>.

Cabe destacar que, para fins de cálculo do preço, foi considerada a dose prescrita em receituário médico de 50 mg (Num. 205738615 - Pág. 1), divergente da dose de 30 mg mencionada na petição.

Assim, considerando a regulamentação vigente, em consulta a Tabela de Preços CMED, o **dimesilato de lisdexanfetamina 50mg** com 30 cápsulas possui preço de venda ao governo correspondente a R\$ 198,25, alíquota ICMS 0%<sup>5</sup>.

Custo total anual estimado do tratamento com o medicamento não incorporados: R\$ 2.379,00.

**É o parecer.**

**Ao 2º Juizado Especial de Fazenda Pública da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro para conhecer e tomar as providências que entender cabíveis.**

**Elaborado pela equipe técnica do NATJUS-RJ.**

**FLÁVIO AFONSO BADARÓ**

Assessor-chefe

CRF-RJ 10.277

ID. 436.475-02

<sup>3</sup> BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria Conjunta nº 14, de 29 de julho de 2022. Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas do Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade. Disponível em: <<https://www.gov.br/conitec/pt-br/midias/protocolos/portariacnjuntan14pcdttrastornodedeficitdeatencaocomhiperatividadetdah.pdf>>. Acesso em: 22 out. 2025.

<sup>4</sup>BRASIL Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). Medicamentos. Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED). Disponível em: <<https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/medicamentos/cmed/precos>>. Acesso em: 22 out. 2025.

<sup>5</sup>BRASIL Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). Medicamentos. Consulta de Preço Máximo ao Governo. Disponível em: <<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiYjZkZjEyM2YtNzNjYS00ZmQyLTliYTEtNDE2MDc4ZmE1NDEyIiwidCI6ImI2N2FmMjNmLWMzZjMtNGQzNS04MGM3LW13MDg1ZjVIZGQ4MSJ9&pageName=ReportSection20c576fb69cd2edaea29>>. Acesso em: 22 out. 2025.